

- Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho.
- Os itens desta prova deverão ser resolvidos exclusivamente à luz das apostilas do Curso de Formação, deixando-se de parte quaisquer divergências entre estas e outras fontes.

-- PROVA OBJETIVA --

No que diz respeito à atividade de regulação, bem como a pressupostos econômicos a ela relacionados, julgue os itens a seguir.

- 1 Os objetivos da atividade regulatória são os três seguintes: promoção da concorrência, correção de falhas de mercado e proteção ao consumidor.
- 2 Os monopólios, inclusive os naturais, devem ser objeto de regulação, uma vez que não detêm poder de mercado.
- 3 A ANTT, enquanto agência reguladora do Estado, pode intervir no mercado com o objetivo, por exemplo, de garantir a concorrência justa.
- 4 As externalidades ocorrem quando uma atividade econômica impacta terceiros que não estão diretamente envolvidos na transação, sendo esses impactos refletidos nos preços de mercado.
- 5 Os bens públicos, diferentemente dos bens privados comuns, são não rivais e não excludíveis.
- 6 Uma externalidade positiva ocorre quando a ação de uma pessoa ou empresa impõe custos sobre outrem, sem que esses custos sejam compensados.
- 7 Quando um bem é rival, o usufruto deste bem por uma pessoa implica necessariamente a redução da sua oferta para as outras pessoas.
- 8 O objetivo da desregulação é reduzir a interferência do Estado no mercado, permitindo maior liberdade para as empresas e aumentando a eficiência econômica, porém isso pode trazer riscos, como o enfraquecimento das proteções ao consumidor e a concorrência desleal.
- 9 A regulação econômica pode apenas influenciar as variáveis relativas a preço, quantidade e entrada e saída da indústria, não podendo uma agência reguladora definir, por exemplo, padrão mínimo de qualidade para o serviço ofertado por concessionárias.
- 10 Um exemplo de barreira de entrada, prática que origina a concorrência imperfeita, ocorre quando uma empresa controla um recurso essencial para a produção de um bem ou serviço, impedindo que outras empresas entrem no respectivo mercado.
- 11 A abordagem da regulação por incentivos é uma estratégia embasada no conceito de escalada regulatória.

Ainda no que se refere a aspectos relacionados à regulação, julgue os itens seguintes.

- 12 Após promulgada legislação que estabeleça poderes regulatórios sobre determinada indústria, tem-se o segundo estágio do processo regulatório, que é a fase de implementação do disposto na legislação aprovada.
- 13 Os reguladores podem impor requisitos, taxas, procedimentos operacionais e padrões específicos como condições para a entrada de empresas em determinados setores.
- 14 Quando ocorre descumprimento de normas regulatórias, não é necessária à garantia da conformidade a aplicação de sanções, somente de incentivos, uma vez que o mercado regulado se ajusta tal como um mercado competitivo.
- 15 Entre as principais abordagens de análise dos resultados e impactos regulatórios está a abordagem intermercado, em que se tenta estimar como os mercados da indústria regulada se comportariam na ausência de regulamentação.
- 16 O oferecimento de recompensas para práticas sustentáveis ou eficientes, a fim de influenciar positivamente as ações das empresas, caracteriza uma forma de regulação por incentivos.
- 17 A regulação responsiva é uma abordagem flexível que adapta suas práticas com base nas reações e nos comportamentos dos agentes de mercado regulados, permitindo que os reguladores ajustem suas respostas de acordo com as circunstâncias específicas.
- 18 O *sandbox* regulatório é um ambiente em que se admite o abandono do controle e da regulação a fim de que inovações tecnológicas ou novos modelos de negócios possam ser testados.
- 19 A captura regulatória pode comprometer a eficácia e a equidade das políticas regulatórias.
- 20 Se a regulação cria barreiras de entrada para novos concorrentes, impondo requisitos desafiadores para empresas emergentes, a competição no mercado fica limitada.

Acerca das etapas dos serviços regulares do transporte rodoviário interestadual de passageiros (TRIP), bem como da obtenção de autorização para sua prestação, julgue os próximos itens.

- 21 Estará em conformidade com os normativos da ANTT a empresa transportadora que estabelecer pontos de apoio para manutenção e socorro de veículos a 280 km um do outro, e pontos de parada para descanso e alimentação a 350 km um do outro.
- 22 É condição indispensável à manutenção do termo de autorização (TAR), para os serviços regulares de TRIP, a observação da regularidade mínima de uma viagem por quinzena, em cada sentido, na linha objeto do TAR.
- 23 Para que seja habilitada a prestar serviços de TRIP, a empresa deve ser uma pessoa jurídica nacional, e a preservação das condições relativas à habilitação é indispensável à manutenção dos termos de autorização a serem emitidos.
- 24 Na janela de abertura extraordinária, após o término do período de transição, a ANTT permitirá o ingresso de dois novos operadores para os mercados monopolistas.
- 25 A constatação de práticas anticoncorrenciais, a exemplo do exercício abusivo de posição dominante, permite que a ANTT abra janela de abertura extraordinária a qualquer tempo, com a finalidade de fomentar a competição no mercado.

No que diz respeito às operações referentes aos serviços regulares do TRIP, julgue os itens subsecutivos.

- 26 Considerando que uma viagem tenha horário inicial previsto para 16 horas, é adequado que o cancelamento parcial da viagem ocorra às 14 horas, desde que não tenham sido adquiridos bilhetes de passagem.
- 27 A solicitação de descontos e gratuidades de bilhetes poderá ser realizada em qualquer ponto de venda da autorizatória, porém a comprovação da condição de beneficiário deverá ser feita sempre no momento do embarque.
- 28 Os bilhetes de passagens são válidos por um ano, período durante o qual é assegurado aos passageiros o direito de remarcação e reembolso.

Julgue os itens subsequentes, relativos a aspectos dos serviços do TRIP sob regime de fretamento.

- 29 No caso de fretamento turístico, deverá ser inexoravelmente observada a capacidade dos veículos cadastrados na ANTT, porém, no caso de fretamento contínuo, há possibilidade de a autorizatória apresentar justificativa no sistema da ANTT para flexibilização dessa regra.
- 30 É vedado à autorizatória realizar a venda de bilhetes de passagem, utilizar motorista que não possua vínculo empregatício e transportar pessoas em pé, independentemente do motivo.
- 31 Caso uma empresa tenha licença para transportar 50 passageiros, a sua relação de passageiros poderá ser alterada, durante a vigência da licença de viagem, em até 10 passageiros, bastando que a alteração seja informada em sistema da ANTT e que a nova relação de passageiros seja portada no veículo durante a viagem.

Considerando os acordos relativos aos serviços de transporte rodoviário internacional de passageiros, julgue os itens seguintes.

- 32 No âmbito do transporte rodoviário internacional de passageiros, a vigência da licença originária para cada linha é de 10 anos, e estará fora do prazo regulamentar o processo de renovação que se iniciar com menos de 60 dias de antecedência em relação ao término do prazo de vigência.
- 33 De acordo com o decreto que dispõe sobre o transporte regular e fretado entre o Brasil e a Guiana Francesa, o transportador rodoviário fronteiriço deve atender às condições estipuladas pelo organismo competente do país onde se estabelece e operar em ambos os territórios.
- 34 Se houver, no Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre (ATIT), qualquer previsão conflitante com as normas do país da empresa transportadora, estas prevalecerão.

Com relação às competências da Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros (SUPAS) e à sua estrutura organizacional, julgue os itens seguintes.

- 35 A coordenação do processo de solicitação e emissão da credencial do benefício do passe livre interestadual para pessoas com deficiência é atribuição da Gerência Operacional de Transporte de Passageiros (GEOPE), que integra a SUPAS.
- 36 Visando cessar o abuso de direito contra a ordem econômica, a SUPAS possui competência para propor a intervenção, no mercado, de serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

Acerca dos serviços de transporte rodoviário e multimodal de cargas, julgue os itens a seguir.

- 37 O transporte ocasional se dá quando uma pessoa física ou jurídica cuja atividade comercial principal não é o transporte de cargas remunerado efetua, exclusivamente, o transporte das cargas que utiliza para seu consumo ou para distribuição dos seus produtos, com veículos de sua propriedade ou posse.
- 38 No transporte multimodal de cargas, são utilizadas duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, sob a responsabilidade de vários operadores de transporte.
- 39 O exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração depende de inscrição do transportador no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC).
- 40 Os valores mínimos de frete são estabelecidos para diferentes tipos de carga e tipos de operação, considerando-se a quantidade de eixos da composição veicular e a distância a ser percorrida.
- 41 Caso o transportador seja autônomo, o pagamento do frete pelo embarcador pode ser realizado por meio de carta frete.
- 42 Até que haja a completa implantação do documento eletrônico de transporte, o código identificador da operação de transporte (CIOT) funciona como um instrumento de fiscalização do cumprimento da regulamentação do transporte rodoviário remunerado de cargas.
- 43 Para a categoria de transportadores autônomos de cargas, a validade do certificado do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga (RNTRC) é de 10 anos.
- 44 As regras do Vale-Pedágio obrigatório (VPO) alcançam as operações de transporte em cujo percurso existam rodovias operadas por concessão, tanto as administradas pela União, quanto aquelas administradas pelos demais entes federativos (estados, Distrito Federal e municípios).

No que se refere às competências e à atuação da ANTT na fiscalização dos serviços e atividades de transporte terrestre, julgue os itens que se seguem.

- 45** Os procedimentos operacionais padrão (POP) são documentos relacionados à forma de verificação e flagrante de infrações específicas de cada mercado.
- 46** A Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte de Cargas e Passageiros (SUFIS) é responsável pela fiscalização de serviços de transporte rodoviário de cargas, transporte de passageiros interestadual e internacional, transporte rodoviário de produtos perigosos e transporte internacional de cargas.
- 47** Todo procedimento de fiscalização que seja executado deve ser registrado no Sistema Integrado de Fiscalização (SIF), a fim de que seja possível verificar a correção do procedimento em caso de reclamação ou denúncia, além de garantir o controle de execução para informar os órgãos de controle.
- 48** No âmbito do planejamento estratégico da ANTT, o Programa de Revoluções (PROREV) visa alterar os paradigmas da atuação da Agência apenas no que se refere ao ciclo ESG, que compreende iniciativas de sustentabilidade, governança e impacto social.
- 49** À Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros compete, entre outras atribuições, fiscalizar o cumprimento das obrigações regulatórias assumidas pelas administradoras de meios de pagamento eletrônico de frete e fornecedoras de Vale-Pedágio obrigatório habilitadas pela ANTT.
- 50** O poder de polícia, conceito que tem caráter balizador para as atividades de fiscalização, é a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público.
- 51** No contexto da fiscalização executada pela Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte de Cargas e Passageiros (SUFIS), a ação de fiscalizar corresponde à plena adoção da metodologia de fiscalização em 5 níveis (F5N) em determinada empresa ou determinado mercado.
- 52** Embora caiba à Superintendência de Fiscalização de Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas e Passageiros executar ações de fiscalização em diversas áreas de competência da ANTT, não lhe é incumbido o papel de coibir prática de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros não concedidos, permitidos ou autorizados.

A respeito da fiscalização econômico-financeira e do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de transporte ferroviário, julgue os itens a seguir.

- 53** A sobra do fluxo de caixa para fins de definição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de transporte ferroviário mais modernos corresponde ao valor de outorga pago semestralmente pelas concessionárias.
- 54** Na fiscalização extraordinária, executada em caráter eventual, examina-se ou verifica-se uma matéria específica, visando atender a demandas internas da ANTT e possibilitar a formação de opinião sobre tal matéria.
- 55** A ANTT tem a atribuição regimental de garantir e preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de transporte ferroviário.
- 56** A fiscalização econômico-financeira é a fiscalização mais importante exercida pela ANTT sobre as concessionárias detentoras de contratos de concessão de transporte ferroviário.
- 57** Na eventualidade da ocorrência de riscos contratualmente atribuídos à concessionária, não cabe reequilíbrio econômico-financeiro, pois, uma vez que tais riscos já compunham o equilíbrio inicial da concessão, considera-se que não houve rompimento de tal equilíbrio.

No que concerne à fiscalização da infraestrutura e dos serviços de transportes ferroviários, às concessões e autorizações ferroviárias, bem como ao acompanhamento e à regulação do serviço de transporte ferroviário, julgue os próximos itens.

- 58** As duas dimensões relativas à outorga do serviço público de transporte ferroviário são a exploração da infraestrutura ferroviária e a prestação do serviço de transporte ferroviário.
- 59** A prestação de operações acessórias e a execução de projetos associados pelas concessionárias são remuneradas por meio de tarifas, o que lhes confere maior liberdade negocial.
- 60** A abertura ao tráfego de novos trechos ferroviários do subsistema ferroviário federal depende da verificação do atendimento das condições estabelecidas pela ANTT, da qual poderão resultar apenas os dois seguintes desdobramentos: a recomendação pela liberação sem ressalvas ao tráfego e a recomendação pela não liberação ao tráfego.
- 61** No âmbito das autorizações ferroviárias, enquanto o requerimento pressupõe uma ação voluntária do interessado em constituir um empreendimento ferroviário, o chamamento público é de iniciativa do Poder Executivo, diante do interesse público na implementação de determinada ferrovia.
- 62** O serviço de transporte ferroviário, no ordenamento jurídico brasileiro, é considerado um serviço público, e compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de transporte ferroviário em todo o território nacional.
- 63** Entre os novos indicadores de prestação de serviço, definidos a partir de 2019, está o índice de saturação da ferrovia (ISF), que corresponde ao menor valor obtido para os quocientes entre capacidade utilizada e capacidade instalada, calculados nos principais segmentos que compõem a ferrovia.
- 64** O levantamento da base de ativos e passivos é uma atividade fiscalizatória relevante voltada aos contratos prorrogados e aos processos de relicitações e extinção de outorgas.
- 65** A malha ferroviária brasileira não apresenta problema de ociosidade de vias férreas, uma vez que, conforme métrica de uso das ferrovias, quase toda a malha nacional apresenta densidade de tráfego média ou alta (mais de um trem por dia).

- 66** O Relatório de Acompanhamento do Plano de Investimentos (RAPI) é um documento elaborado pela outorgada que informa, a cada ano, a situação dos investimentos obrigatórios realizados naquele período, conforme os prazos de conclusão estabelecidos em contrato e no caderno de obrigações.
- 67** Após a publicação da Lei das Ferrovias, a ANTT publicou resolução mediante a qual regulamentou o processo administrativo de requerimento para exploração de novas ferrovias, novos pátios ferroviários e demais instalações acessórias por meio de outorga por autorização.
- 68** A declaração de rede (DR) tem por objetivo disponibilizar ao público, anualmente, informações sobre as condições técnico-operacionais da infraestrutura ferroviária concedida que vigorarão para o ano de referência.

Em relação às atribuições regimentais da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD) e às obrigações contratuais dos contratos de concessão rodoviária, julgue os itens subsecutivos.

- 69** A atualização da regulamentação das concessões rodoviárias federais, iniciada em 2020, tem o objetivo de modernizar e simplificar os contratos de concessão, de forma a agregar regras gerais aplicáveis às rodovias federais concedidas e consolidar cláusulas contratuais padronizadas.
- 70** No escopo das obrigações contratuais de um contrato de concessão rodoviária, a fase de trabalhos iniciais, no que se refere ao pavimento, inclui a execução do serviço de reforço estrutural do pavimento flexível.
- 71** Compete à Gerência de Gestão de Investimentos Rodoviários gerenciar e fiscalizar a execução dos contratos de concessão rodoviária.
- 72** A Gerência de Engenharia Rodoviária tem a competência de autorizar a execução de obras rodoviárias obrigatórias, no âmbito dos contratos de concessão.

De acordo com a Resolução n.º 6.000/2022, que estabelece normas e procedimentos para a regulação de projetos de infraestrutura de transportes terrestres, julgue os itens seguintes.

- 73** A concessionária poderá apresentar justificativa fundamentada para uma não conformidade apontada na análise do orçamento de um projeto.
- 74** Para obras previstas no contrato da concessão, a ANTT tem prazo de 60 dias para análise de anteprojeto e prazo de 90 dias para análise de projeto executivo que não possua certificado de inspeção acreditada.
- 75** Em caso de alteração de obra prevista no contrato de concessão, o valor objeto de recomposição econômico-financeira será apenas a diferença entre o valor da nova obra e o valor da obra originalmente prevista no referido contrato.
- 76** Quando não houver possibilidade de renovação das licenças expiradas, a concessionária deve iniciar novos procedimentos de licenciamento ambiental e arcar com as respectivas despesas.
- 77** Quando do cadastro inicial da rodovia, a concessionária deve apresentar à ANTT o levantamento dos passivos ambientais que integram o sistema rodoviário.

A respeito da gestão econômica e financeira no âmbito da Superintendência de Infraestrutura Rodoviária (SUROD), julgue os itens que se seguem.

- 78** A revisão da tarifa de pedágio, em sua modalidade ordinária, se dá anualmente via decreto, por iniciativa do Ministério de Transportes.
- 79** Enquanto o fator tarifário A consiste no acréscimo de reequilíbrio aplicável em razão da conclusão antecipada de obrigações, o fator tarifário E é aplicado em decorrência da conclusão de obras do estoque de melhorias.
- 80** A cada ano, sempre na mesma data do início da cobrança do pedágio, a tarifa básica de pedágio (TBP) deve ser reajustada, de acordo com o produto da TBP pelo Índice de Reajustamento de Tarifa (IRT).

Com relação às competências da Gerência de Gestão Econômico-Financeira Rodoviária (GEGEF) e da Coordenação de Fiscalização Econômico-Financeira (CODEF), julgue os itens a seguir.

- 81** A CODEF, subordinada à GEGEF, é responsável pela fiscalização econômico-financeira, pela estimativa de indenização e pela validação das debêntures.
- 82** Compete à GEGEF o acompanhamento dos processos de relicitação, cabendo exclusivamente a ela a realização do cálculo da indenização de bens reversíveis e do valor do excedente tarifário.

No que concerne ao histórico das concessões rodoviárias no Brasil, julgue os próximos itens.

- 83** O Regulamento das Concessões Rodoviárias fundamenta-se em princípios da economia associados a aspectos teóricos da responsividade e à teoria processual administrativa.
- 84** No início de seus trabalhos, a ANTT teve sua atuação limitada pelos regramentos que já constavam dos contratos de concessão que a Agência passou a conduzir.

A respeito dos atores do ecossistema de transportes no Brasil e dos aspectos alusivos à estruturação das concessões, julgue os itens a seguir.

- 85** No âmbito da estruturação da concessão de uma rodovia, a contratação de estudo para a elaboração do respectivo projeto, com vistas ao dimensionamento da tarifa de pedágio em conformidade com as obrigações contratuais referentes às obras e aos serviços necessários, é atribuição exclusiva do Ministério dos Transportes, considerada a missão legal de definir a escolha da política setorial de outorgas.
- 86** A concessão é um contrato administrativo mediante o qual a administração pública pode conferir ao particular a execução remunerada de serviço cujo usuário direto ou indireto seja a própria administração pública.
- 87** O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a INFRA S. A. são autarquias vinculadas ao Ministério dos Transportes, cujas competências contemplam, respectivamente, as seguintes atribuições: implementar a política formulada para a administração da infraestrutura do Sistema Federal de Viação, promover a exploração da infraestrutura rodoviária federal, e promover o desenvolvimento do serviço de transporte ferroviário de alta velocidade.

No que concerne à modelagem econômico-financeira e à modelagem regulatória de um projeto de concessão, julgue os próximos itens.

- 88** É atribuição da ANTT definir, em um contrato de concessão de rodovia, se determinado evento é reequilibrável ou não, à luz da alocação de riscos daquele contrato.
- 89** No âmbito da modelagem regulatória de um projeto de concessão, admite-se a regulação por incentivos como alternativa ao *enforcement*, desde que respeitada a liberdade gerencial da concessionária, razão pela qual é vedada a utilização de expediente proibindo a distribuição de dividendos em caso de baixa performance contratual.
- 90** Entre os componentes que subsidiam a formação da tarifa do pedágio em um projeto de concessão estão a CAPEX (*capital expenditure*), que corresponde às despesas com a aquisição de bens, e a OPEX (*operational expenditure*), relativa aos custos e despesas operacionais.

Consideradas as questões atuais do setor de transportes terrestres, julgue os itens seguintes, à luz da Lei n.º 13.448/2017.

- 91** A relicitação é uma forma de garantir a manutenção de contratos originais de concessão de rodovias e ferrovias, e admite como expediente a cobrança de tarifas maiores que aquela inicialmente calculada.
- 92** A prorrogação antecipada do contrato de parceria nos setores de transportes terrestres somente será admitida se prevista expressamente no instrumento contratual original.

A respeito das agências reguladoras, bem como acerca da competência, do regimento interno e da estrutura da ANTT, julgue os itens subsecutivos.

- 93** O regimento interno da ANTT apresenta o detalhamento da estrutura organizacional da Agência apenas até o nível das unidades organizacionais, não contemplando as competências e a distribuição de cargos das diferentes unidades administrativas.
- 94** A análise de impacto regulatório e a avaliação de resultado regulatório são instrumentos que asseguram que as decisões da ANTT sejam embasadas em evidências e viabilizem benefícios claros para a sociedade.
- 95** As agências reguladoras são caracterizadas pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, o que lhes autoriza a realizar diretamente concursos públicos, bem como a alterar, de ofício, o respectivo quadro de pessoal.

A respeito da governança estratégica e do planejamento estratégico da ANTT, julgue os itens a seguir.

- 96** A cadeia de valor da ANTT orienta a realização de uma gestão baseada em processos e resultados, mediante a utilização de metas e indicadores de desempenho, com objetivo de assegurar a utilização eficiente dos recursos, bem como a prestação de serviços que atendam às expectativas da sociedade.
- 97** O plano estratégico da ANTT deve ser formulado em periodicidade anual, assegurada a compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD), a Política Nacional de Transportes (PNT), o Plano Nacional de Logística (PNL) e o Plano Setorial de Transportes Terrestres (PSTT).

No que concerne à governança regulatória, à participação social e à sustentabilidade, julgue os itens a seguir.

- 98** A fim de garantir a sustentabilidade no serviço de transporte terrestre, a ANTT desenvolveu, relativamente aos contratos de concessão para exploração da infraestrutura rodoviária e ferroviária, o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), de adesão obrigatória pelos concessionários, com o objetivo de estimular a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.
- 99** A fase de planejamento regulatório do ciclo regulatório contempla a realização de diálogos com servidores e colaboradores da ANTT, com o mercado regulado, com os usuários e com a sociedade em geral, atores cuja participação no processo de planejamento ocorre por meio de ferramentas como consulta interna, tomada de subsídios e reunião participativa.
- 100** A Agenda Regulatória é instrumento que visa garantir a transparência e a previsibilidade das ações regulatórias, caracterizando-se pela rigidez, com vistas a garantir consecução dos objetivos estratégicos da Agência inicialmente traçados.

Espaço livre